

DEPREDAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA ESTADUAL DR. GERALDO PARREIRAS DE JOÃO MONLEVADE – MG¹

Geralda Carolina Martins de Castro Domingues*

Breno Eustáquio da Silva**

RESUMO

Trabalhar em sala de aula, partindo da realidade do aluno, é um desafio constante, principalmente quando o assunto é patrimônio público. Por isso, é de extrema importância esclarecer para o aluno o que é patrimônio, para que ele saiba, como deve ser mantido, a quem pode servir e a sua importância dentro do contexto histórico de uma instituição escolar. É preciso despertar na comunidade a abstração do respeito ao outro e às coisas do outro. Só assim ocorrerá a verdadeira transformação em nossos educandos. Trata-se de uma ação que envolva não somente a comunidade escolar, mas os órgãos governamentais e não governamentais. Este é o assunto principal deste artigo que tem como foco a mobilização de todos no sentido de minimizar os problemas de depredação escolar através da prática de intervenção e de conscientização geral. Nesse sentido, cidadãos conscientes farão a diferença porque serão protagonistas de uma sociedade mais justa e mais humanizada.

Palavras-chave: Depredação. Patrimônio Público. Escola.

¹ TCC em formato de Artigo, apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto (CEAD/UFOP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

*Geralda Carolina Martins de Castro Domingues – Graduação em Física – UNIG (Universidade Nova Iguaçu- Rio de Janeiro). Graduação em Matemática e Estatística – UFLA (Universidade Federal de Lavras). Ciências Físicas e Biológicas – FAFI – Estudos Adicionais de Matemática e Ciências/Magistério – Faculdade Kennedy- João Monlevade. Atuação profissional como professora de física no ensino médio e Vice Diretora da E.E. Dr. Geraldo Parreiras – e-mail: gcmcd@bol.com.br

**Breno Eustáquio da Silva - Mestre em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo. Possui especialização em Gestão Organizacional pelo Instituto de Ensino Superior de João Monlevade e em Criação e Produção em Mídia Eletrônica - Rádio e TV pelo UNI-BH (2007). Graduação em Comunicação Social. - e-mail: brenomonlevade@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O espaço escolar está constantemente sofrendo depredações pelos alunos. Todo ano, a Prefeitura ou o Estado precisa gastar dinheiro com pintura, conserto e compra de equipamentos novos, cadeiras, mesas, quadros etc. Com a Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras, localizada na cidade de João Monlevade-MG, não é diferente. Trata-se de uma instituição pública que atua na modalidade do Ensino Médio com duração de 3 anos e que atende a alunos de bairros periféricos. No cotidiano da escola, observa-se certo descaso por parte dos alunos em relação à conservação do patrimônio. E ainda que haja conscientização através de trabalhos isolados e mediados por professores, o problema era uma constante. Neste sentido, tornou-se necessária a criação de um projeto de intervenção, cuja finalidade é despertar o verdadeiro sentido de sua função social, explicitada por Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 261):

A escola apresenta-se, hoje, como uma das mais importantes instituições sociais por fazer, assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao transmitir cultura e, com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança “humanize-se”, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se.

As ações envolveram a prática do diálogo, pensar e o repensar, quebra de obstáculos. Através da conscientização, as pessoas passaram a assumir atitudes dignas e desafiadoras frente à sociedade. Uma sociedade formadora com seus cidadãos conscientes. Eis o conceito de Escola enquanto resguardadora do Patrimônio Moral e Cultural da sociedade, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Artigo 37 - Patrimônio Moral é composto pelos princípios éticos que regem a atividade pública, para garantir uma atuação pautada pela observância da moral, da boa-fé, da lealdade e da honestidade;

Artigo 216 - Patrimônio Cultural inclui as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CFRB, 1988 apud Martins, 2000, p.46).

Foram trabalhadas as questões e situações de depredação do patrimônio público neste artigo, já que a intervenção realizada teve como finalidade discutir de forma dialógica e democrática a conscientização política e cultural da comunidade escolar e a

conservação do patrimônio público que vem enfrentando vários problemas; um deles é a falta de cuidado e conservação com o patrimônio escolar. Um projeto foi fundamentado teoricamente e trabalhado de forma coletiva e interdisciplinar através de um cronograma de atividades. Segundo Sousa (2003, p. 121) “a luta pela valorização do patrimônio tem seu início na própria luta pela defesa dos bens que cercam a escola”. Não se pode aceitar que jovens depredem seu próprio ambiente de estudo e que destruam aquilo que eles mesmos poderiam desfrutar. É vital que haja uma vigilância de todos no sentido de evitar a depredação de bens da escola, que ao serem destruídos estarão causando prejuízos à sociedade, na medida em que podem escassear e atrapalhar o desenvolvimento das ações educativas. Muitas vezes, a falta de informações relacionadas à Legislação e custeio, pode causar descaso com o patrimônio público escolar. A escola não é apenas responsabilidade do governo, é de todos. Espaço escolar é usado para educar e formar cidadãos fundamentados na ética e no compromisso político para serem futuros profissionais da comunidade e sociedade.

Os professores foram os orientadores das atividades planejadas no projeto de intervenção e os alunos executaram de forma organizada, posteriormente apresentadas na culminância de exposição dos trabalhos com números artísticas e culturais.

Nesta intervenção houve a participação de: professores, bibliotecárias, equipe pedagógica, assistentes técnicos, assistentes de serviços gerais, patrulha escolar da Polícia Militar, amigos da escola, pais, alunos, gestão e parcerias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Patrimônio Público Escolar tem uma dimensão intangível percebida em sua memória e sua história. Administrar esse patrimônio não é apenas conservar o que se vê, mas, também, o que ele significa na vida da comunidade escolar e de todos que a cercam. É inaceitável ver os alunos depredarem seu próprio ambiente de estudo sem saber que a depredação do Patrimônio Público refere-se pela degradação intencional de bens e valores do mesmo por meio de desmonte, roubo de objetos e/ou suprimentos e vandalismo (LIMBERGER, 1998). Desta forma, necessita-se compreender que a Escola como um patrimônio público, é de responsabilidade de todos.

3 PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR

Definem-se bens públicos como todos os móveis ou imóveis pertencentes à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e à sociedade, podendo ser utilizados por qualquer cidadão; através dos impostos, que pagam pela construção e manutenção desses Bens públicos

“A redação dada pela Lei 6.513/77 à Lei 4.717/65 em seu § 1º, diz que se consideram Patrimônio Público, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico” (ALEXANDRINO, 2008, p. 23). Uma Escola Pública é um bem patrimonial indisponível, de uso especial, pois nela são prestados os serviços públicos de educação.

Pelo Código Civil, uma Escola Pública é um Patrimônio Público na medida em que é um bem do domínio nacional pertencente às pessoas jurídicas de direito público interno difuso e transindividual de natureza indivisível, pelo artigo 98, na forma de edifício ou terreno destinado ao estabelecimento da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal para uso especial na prestação de um serviço público de direito, que é a Educação (DI PIETRO, 2006, p. 56).

Sendo um Patrimônio Público, pertencente a todos e “a todos” cabe zelar pela Escola Pública.

Primeiramente, cabe ao ente da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal) ao qual a escola está vinculada, adotar todas as providências necessárias para sua construção, manutenção e conservação da Escola Pública. Em seguida, cabe a cada um dos envolvidos no serviço público ali prestado - gestores, professores, alunos, funcionários e toda a comunidade que dela se utiliza ou não - a responsabilidade de preservar o Bem Público (MAZZILLI, 2001).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) atribui ao Ministério Público a tarefa de proteger o Patrimônio Público, que tem como uma de suas funções institucionais específicas, a promoção de inquérito e ação civil para a defender os interesses disseminado e comunitário - artigo 129, III, da Constituição; artigo 5º, III e artigo 6º, VII, b, da Lei Complementar 75/93; e artigo 25, IV, b, da Lei 8.625/93 (ALEXANDRINO, 2008).

Diversos órgãos atuam com funções de exercer o controle da atividade administrativa, como precaução e também repreensão, ao aderir medidas preventivas para diminuir as práticas de danos ao patrimônio, assim como punir aqueles que infringem essas práticas.

Alexandrino (2008, p. 49) retrata as questões legais em torno da depredação ao Patrimônio Público:

A Lei 2.848/40 do Código Penal Brasileiro reza, pelo artigo 163, que: destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia, gera pena de detenção de um a seis meses, ou multa. Entretanto, pelo parágrafo único – Se o crime é cometido: III - contra o Patrimônio da União, Estado ou Município, a pena de detenção, será de seis meses a três anos, e multa (ALEXANDRINO, 2008, p. 49).

A escola é espaço para educar cidadãos fundamentados na ética e compromisso político, conscientes e no ambiente social respeitando o Patrimônio Público, pertencente a todos, estando inseridos na sociedade em que vivem como cidadãos dignos, respeitadores e produtivos. Conforme Limberger (1998, p. 83)

Desenvolver a capacidade de aprendizagem para formar atitudes e valores deve ser um trabalho coerente com as necessidades sociais, como a preservação do PPE, que serve especialmente à prestação de serviço público correspondente à um importante direito, que está diretamente ligado à melhoria da qualidade de vida das pessoas e de suas relações sociais.

É salutar promover a conscientização de toda a Comunidade Escolar quanto à conservação, preservação e valorização da Unidade Escolar, bem como todo o Patrimônio nela contido e compreensão da legalidade envolvida; a escola precisa edificar suas ações e atividades e de forma a construir situações nas quais proporcionam eficácia na transmissão de informação cuja intervenção pedagógica seja objetiva, tornando-se relevante na formação para a vida de cada educando.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é aplicada, posto que os conhecimentos adquiridos foram utilizados como práticas que visam a solução de situações problemas do dia a dia escolar (VERGARA, 2007).

Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como:

- Exploratória, pela modalidade, pois é realizada em áreas de pouco conhecimento sistematizado, assim sendo não comporta hipóteses na sua fase inicial. Porém, no decorrer da pesquisa, essas poderão surgir naturalmente. Propõe realizar um levantamento de dados a serem descritos a partir da observação, registros e análises sistemáticos, além da classificação e interpretação sem interferência da pesquisadora (VERGARA, 2007).

- Explicativa, pelo objetivo. Tem como principal objetivo tornar as ações estudadas em dados de fácil compreensão, justificando e explicando os seus principais motivos e o "porquê" das coisas. "Pesquisa Explicativa serve para identificar fatores determinantes para a ocorrência da depredação da escola através do método observacional" (VERGARA, 2007, p.35).

- Social Prática, pela área da ciência. Social porque, como ramo da ciência estuda os aspectos das relações humanas no mundo, e Prática por buscar a comprovação de uma teoria (VERGARA, 2007). Tem necessidade de resolver problemas que já existem na prática. De forma imediata ou não.

- Científica Original, por natureza. "O trabalho científico consiste na informação organizada segundo padrões específicos, com o objetivo de facilitar a compreensão dos interessados" (VERGARA, 2007, p.35).

- Quantitativa e Qualitativa, pela abordagem. A Pesquisa Quantitativa traduz em números as informações para serem classificadas e analisadas e utiliza técnicas estatísticas. Já a Pesquisa Qualitativa descreve as informações obtidas por análise indutiva, a fim de interpretar o fenômeno e atribuir significados ao objeto estudado (VERGARA, 2007).

Esse trabalho também se constitui de um Estudo de Caso sob a forma de análise da Intervenção Pedagógica realizada na Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras de João Monlevade – MG, no ano de 2015. Portanto, possibilita a descrição objetiva dos fatos acontecidos durante todo processo de desenvolvimento da Intervenção Pedagógica de acordo com os registros apresentados. Teve toda a apreciação amparada por Revisão Bibliográfica, acerca de 'como foi feito' para considerar as relações entre o que se pretendia com o planejamento e o que realmente aconteceu, sem desconsiderar as etapas do processo, os problemas enfrentados e as estratégias desenvolvidas para solucioná-los (OLIVEIRA et al, 2014).

O processo de organização dos dados durante o processo de investigação baseou-se pela divisão em subprojetos, com distribuições de tópicos, elencando, assim, as idéias e distribuição das funções como a estrutura metodológica do trabalho, para que as ações retornassem satisfatoriamente adequadas ao problema em questão, e também sustentar o raciocínio conclusivo sobre o tema proposto para o artigo (VERGARA, 2007).

A Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras atende ao Ensino Médio, possui 21 turmas (sendo 11 turmas no turno matutino e 10 turmas no turno vespertino), totalizando uma média de 804 educandos com uma faixa etária entre 14 a 20 anos, oriundos de bairros distantes.

Esta Intervenção Pedagógica foi realizada na escola, no período entre maio a novembro de 2014; a amostragem que caracteriza o grupo controle foi composta por 387 alunos de dez turmas do turno vespertino do 1º ano do Ensino Médio.

O projeto de Intervenção Pedagógica foi realizado em etapas, conforme destaca o quadro 1:

Quadro 1 – Etapas do projeto de Intervenção Pedagógica

ETAPAS	REALIZAÇÃO
1	Sondagem, fotos e registro da depredação patrimonial da escola
2	Reuniões de Módulo II – Montagem e organização do Projeto de Intervenção e seus sub projetos (Ação 1)
3	Reunião com todos funcionários da escola – Organizando cronograma e pessoas envolvidas no desenvolvimento de cada sub projeto (Ação 2)
4	Reunião de pais – Apresentação do projeto à comunidade (Ação 3)
5	Atividade 1 – “Percepção”

6	Atividade 2 – “Comunicação”
7	Encerramento do projeto de Intervenção Pedagógica – “Conscientização” (Ação 4)

Fonte: Os autores (2015)

A análise da intervenção é apresentada a seguir.

5 ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

Como toda proposta que envolve a Comunidade Escolar, surgiram alguns desafios na busca de soluções. Houve resistência por parte de alguns professores que se recusaram a participar ou colaborar. Eles alegaram que havia um programa a ser cumprido em suas disciplinas. Outros não aceitaram sair da sala de aula para se envolverem com projetos. Todavia, isso não comprometeu o desenrolar do projeto de intervenção.

Os educandos se envolveram com bastante empenho, propondo atividades dinâmicas e interativas no contexto comunitário. Foram feitas palestras, distribuição de panfletos no entorno escolar, conversas, apresentações teatrais, etc. Enfim, a realização dessa intervenção veio proporcionar melhoria na reflexão e no conhecimento da legislação.

5.1 Resultados

5.1.1 ETAPA 1 - Sondagem, fotos e registro da depredação patrimonial da escola

Inúmeras foram as cenas lamentáveis em todo prédio escolar. Verificou-se o descaso com o espaço físico e mobiliário da escola: cadeiras, mesas, portas, maçanetas e janelas quebradas; riscos e pichações nas paredes e portas das salas de aula e outras

dependências da escola como: corredores, banheiros; refeitório; lâmpadas quebradas, ventiladores destruídos, etc.

Houve casos de bebedouros entupidos com palitos ou travados com chicletes, causando transtornos e desperdício de água, sanitários entupidos com papel e outros objetos, válvulas de descargas desparafusadas.

5.1.1.1 Diagnóstico:

O prédio da Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras passou, em 2007, por uma reforma nas dependências internas e externa. Houve manutenção no telhado e nos banheiros; melhorias também nas entradas para implantação com acesso para deficientes físicos; troca das fechaduras das salas de aula; laboratórios de informática e de química; refeitório; compra de novos bebedouros; rede lógica dentre outros. Contudo, o descaso e a falta de consciência da comunidade escolar foram evidentes, pois, ao final de 2014, a escola já demonstrava novamente a necessidade de novos reparos e reformas.

A observação na atitude dos educandos demonstrou, com ênfase, ao fato de que, a maioria daqueles que depredam sistematicamente o Patrimônio Público Escolar faz parte de um pequeno grupo de adolescentes, que são oriundos de famílias com pouca ou nenhuma estruturação e têm entre 15 e 17 anos de idade. São adolescentes que estão cursando a 1ª série do Ensino Médio; portanto esses foram os escolhidos e formando o grupo de controle para a realização da Intervenção Pedagógica.

5.1.2 ETAPA 2 - Reuniões de Módulo II – Montagem e organização do Projeto de Intervenção e seus sub projetos - (Ação 1)

Proposta de construção do projeto de Intervenção Pedagógica sobre a depredação do Patrimônio Público Escolar na Escola Estadual Dr Geraldo Parreiras de João Monlevade partiu da reunião com os professores, equipe pedagógica e a gestora da escola. Aconteceu no meses de maio e junho de 2015. Iniciou-se pela discussão da problemática sobre o desenvolvimento do projeto e subprojetos tendo embasados na conscientização permanente na escola, visando especialmente os educandos. Os

profissionais se dividiram em pequenos grupos por disciplinas afins e, em seguida, se deu a exposição e discussão das ideias de ações a serem desenvolvidas.

Uma carta de autorização foi solicitada à gestora da escola, para efetivar a pesquisa e dar início à elaboração do projeto através da investigação sobre o patrimônio público da escola, as depredações sofridas e as possibilidades da Intervenção Pedagógica como instrumento metodológico capaz de ajudar amenizar o problema.

Outros momentos de discussão e avaliação do projeto aconteceram em Julho e Agosto, nas oportunidades da realização das reuniões do Módulo II, sempre aos sábados, de acordo com o cronograma da escola para o ano letivo de 2014.

5.1.2.1 Diagnóstico:

A proposta de construção do projeto de Intervenção Pedagógica sobre a depredação do Patrimônio Público Escolar foi bem aceita pelas equipes. Os profissionais tiveram ideias interessantes e demonstraram boa vontade para participar, especialmente os professores de Empreendedorismo e Gestão, Sociologia, Meio Ambiente, Tecnologia da Informação, Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Biologia e Geografia.

5.1.3 ETAPA 3 – Reunião com todos funcionários da escola – Organizando cronograma e determinando pessoas envolvidas no desenvolvimento de cada subprojeto (Ação 2)

Reunião com a equipe de professores, equipe pedagógica, administrativa e a gestão da escola. Na oportunidade, foi discutida a problemática do projeto. Procedeu-se à organização do cronograma das atividades a serem desenvolvidas no projeto de Intervenção Pedagógica e os subprojetos destacando as pessoas envolvidas. O encontro teve a participação dos funcionários da escola.

A gestão da escola caracterizou a depredação como “crime” e repassou a informação, exibindo um quadro com registro do montante gasto nos reparos dos constantes atos de vandalismo que a escola sofre.

5.1.3.1 Diagnóstico:

Os funcionários demonstraram boa compreensão sobre a impossibilidade da aceitação de que os alunos depredem seu próprio ambiente de estudo, que destruam aquilo que eles mesmos deveriam desfrutar e preservar para os que ainda virão, possibilitando um ambiente de estudo agradável.

Os aspectos apontados pelos funcionários presentes definiram as possibilidades de atuação, os subprojetos e os prazos para sua execução no projeto de Intervenção Pedagógica na escola. Os subprojetos definidos e envolvidos são:

1º) Cenas lamentáveis e frases de conscientização com os alunos das turmas de Meio Ambiente (MA) e Empreendedorismo e Gestão 2 (EG 2). Paralelo entre as duas situações: cenas lamentáveis e como evitar.

2º) Fotos antigas da construção do prédio escolar com os alunos das turmas de Empreendedorismo e Gestão 1 (EG 1) e Tecnologia da Informação 1 (TI 1). Foi construída uma linha do tempo.

3º) Demonstração da Resolução com as bibliotecárias para demonstração da resolução legal que protege o Patrimônio Público escolar.

4º) Reciclagem, conscientização e conservação com os alunos de todas as dez turmas dos primeiros anos do Ensino Médio com a disciplina de Artes. Foram desenvolvidos trabalhos manuais em reciclagem e conscientização da conservação, uso dos móveis, utensílios, objetos escolares e outros. Foi feita exposição dos trabalhos e uma palestra com o tema: “A importância da reciclagem do lixo e a preservação do meio ambiente”.

5º) Palestra com a Patrulha Escolar da Polícia Militar de João Monlevade. O tema foi “A Legislação em Torno do Patrimônio Público”. Participaram os alunos do turno vespertino das turmas do primeiro ano do Ensino Médio.

5.1.4 ETAPA 4 - Reunião de pais – Apresentação do projeto à comunidade (Ação 3)

Foi feita a apresentação do projeto à comunidade escolar e pais, numa reunião que ocorreu na biblioteca da escola, organizada pela gestão e equipe pedagógica. A gestora destacou a importância do envolvimento de todos e firmou uma parceria entre as famílias e a escola.

Uma sondagem foi realizada para levantar os pontos mais relevantes a serem tratados na Intervenção Pedagógica, a partir da visita guiada pelas dependências da escola nas quais puderam observar as práticas de depredação dos Bens Patrimoniais.

5.1.4.1 Diagnóstico:

Os presentes apreciaram o Projeto de Intervenção Pedagógica com aceitação, tiveram oportunidade de andar pelo prédio da escola e observar os danos e problemas existentes; a sondagem identificou como pontos mais relevantes a serem tratados na Intervenção Pedagógica: a destruição das cadeiras, janelas, bebedouros e as pichações nas paredes. O desinteresse de alguns professores em enfrentar a tarefa, a indiferença de um pequeno grupo de alunos em relação ao tema, e a ausência de familiares foram os primeiros obstáculos encontrados.

5.1.5. ETAPA 5 - Atividade 1 – “Percepção”

Foi feito o registro fotográfico dos ambientes depredados na escola; dia de faxina; coleta de dados e realização de pequenos reparos. Ocorreram as elaborações de “Murais” para exposições.

As atividades foram executadas, especialmente, durante as aulas de Empreendedorismo e Gestão, Artes, Meio Ambiente e Geografia.

5.1.5.1 Resultados

Os alunos registraram em fotos, contaram e catalogaram em portfólios (mural) as situações de depredação da escola: mesas e cadeiras estragadas, portas das salas de aula com fechaduras dobradas, quebradas ou mau funcionamento, apagadores destruídos, vasos sanitários entupidos, paredes e muros pichados, portas de sanitários

rabiscadas; “Cenas Lamentáveis”. Foram utilizados pincel atômico, papel fantasia em várias cores, cartolinas, papel camurça e reciclados para os murais.

Diante dos trabalhos que os alunos produziram, foi realizada a ação pedagógica de informação sobre os prejuízos da depredação do Patrimônio Escolar, tendo em vista a sua utilização presente e futura em conscientização, como ambiente adequado agradável e propício à educação de maior qualidade.

Os alunos produziram cartazes, frases e slogans para serem colocados nas dependências de maior circulação da comunidade escolar, solicitando respeito ao Patrimônio Público Escolar. Produziram vários objetos partindo da reciclagem.

No dia de faxina da escola, os Auxiliares da Educação Básica e alguns professores, pais e alunos voluntários recolheram e agruparam todas as carteiras e mesas danificadas. Reparos foram feitos com a ajuda do funcionário do setor de pequenos reparos e manutenção, além do professor de Informática.

Nesta fase da intervenção, a participação dos alunos, funcionários e pais ainda era pequena. Já grande parte dos colegas professores estava interessada e, por isso, participou.

5.1.6 ETAPA 6 - Atividade 2 – “Comunicação”

Consistiu na exposição dos registros fotográficos e da legislação pesquisada sobre a depredação do Patrimônio Público Escolar, em painéis, nas áreas de maior circulação de funcionários e alunos. Foram feitas palestras e exposições dos trabalhos de reciclagem. As atividades ocorreram, especialmente, durante as aulas Empreendedorismo e Gestão, Artes, Meio Ambiente e Geografia.

5.1.6.1 Resultado:

A exposição dos painéis pelos ambientes da escola despertou muito interesse e aguçou a curiosidade da Comunidade Escolar. A realização das palestras com educandos serviu como ação pedagógica para mobilizar e sensibilizar sobre o problema da depredação da escola pública. O enfoque foi a depredação como perda de um bem comum, que poderia promover importantes mudanças na vida de todos.

5.1.7 ETAPA 7 - Encerramento do projeto de Intervenção Pedagógica – “Conscientização” (Ação 4)

Foi realizada outra palestra com a Patrulha Escolar da Polícia Militar de João Monlevade. O tema foi “A Legislação em Torno do Patrimônio Público”. O objetivo foi conscientizar sobre a importância de se evitar a depredação do Patrimônio Público Escolar. Encerrando o projeto de Intervenção Pedagógica, foi feita “Exposição” dos trabalhos de reciclagem e murais confeccionados por alunos, professores, pais e funcionários da escola.

5.1.7.1 Resultado

Nessa fase foi possível perceber maior envolvimento de toda a comunidade escolar, que, sensibilizada, passou a cuidar mais e melhor do patrimônio da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de abordar o tema depredação e conservação do patrimônio público e utilizar como ferramenta as diferentes atividades tornaram-se um excelente e criativo trabalho com os profissionais da escola e com todo o grupo de alunos, pois se observou, rapidamente, uma mudança de postura quanto ao problema observado. O projeto de intervenção continua, pois deve ser uma ação permanente porque a escola recebe novos estudantes todo ano. Espera-se que, a partir dessa intervenção, os educadores continuem a identificar e a apontar, através de suas vivências, o que eles consideram como fatores e atitudes que podem levar a escola a diminuir consideravelmente o índice de depredação do patrimônio, como também reflitam sobre essas questões e analisem com seus alunos a importância da preservação do patrimônio público.

Os objetivos pretendidos foram alcançados com a realização deste trabalho, permitindo não apenas colocar em prática uma ação de Gestão Escolar, como também experimentar práticas reais, que vão além do simples conteúdo a ser ministrado aos alunos. Ficou claro que a pedagogia empregada na ação educacional mostrou-se

eficiente para a resolução de um problema local, mas, sobretudo, preparou os alunos para a convivência cidadã no seio familiar como na sociedade em si. Esse deve ser o verdadeiro papel da escola, o de não apenas cumprir seu papel contedudístico conforme a legislação educacional. É preciso imergir a comunidade escolar em ações aplicadas de educação que se voltem para o bem estar social.

DEPREDACTION OF PUBLIC ASSETS SCHOOL: Pedagogical intervention in State School Dr. Geraldo Parreiras of João Monlevade - MG

ABSTRACT

Working in the classroom, starting from the reality of the student, is a constant challenge, especially when it comes to public assets. It is therefore of the utmost importance to clarify to the student what is equity so that it serves, how it should be kept, who can serve and its importance within the historical context of a school institution. We must awaken in the community the abstraction of respect to each other and to other things. Only then, will the true transformation in our pupils. This is an action that involves not only the school community, but the governmental and non-governmental bodies. This is the main subject of this paper that is focused on the mobilization of all in order to minimize depredation problems through the practice of school intervention and general awareness. In this sense, concerned citizens will make the difference because will be protagonists of a society more just and more humane.

Keywords: *Depredation. Public Patrimony. School*

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19^a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Fernanda Cristina. **Conforto ambiental e eficiência energética: caso da Rede Estadual de Escolas Públicas de Minas Gerais**. Dissertação de Pós-Graduação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Arquitetura e Urbanismo. 256 f. 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMBERGER, Têmis. **Atos lesivos ao patrimônio público: os princípios constitucionais**. Porto Alegre: Livro do Advogado, 1998.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do Patrimônio Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo el al. **Orientações gerais para a elaboração do Artigo Científico como trabalho de conclusão de curso**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014-2015.

PIAGET, Jean. **Desenvolvimento Intelectual**: da criança ao adolescente. 23ª ed. New York: Basic Books, 2006.

SOUZA, Djacyr. **Preservação do Ambiente**: uma ação de Cidadania. Fortaleza: Brasil Tropical, 2003.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Valores Humanos & Gestão**: novas perspectivas. São Paulo: Senac, 2008.

TIBA, Içami. **Disciplina**: limite na medida certa. São Paulo: Gente, 1996.

VERGARA, Sylvia Constant. **Metodologia de Pesquisa Científica**: normas da ABNT. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.